

MULHERES DO SERTÃO NORDESTINO

Miridan BRITTO FALCI¹

Resumo: As mulheres do sertão nordestino do Brasil no século XIX. O artigo mostra como no sertão as mulheres viveram nos 1800. Brancas, ricas ou pobres, ou escravas, nascidas ali por um alto grau de natalidade, seguindo padrões de alta hierarquia social e patriarcalismo. A metodologia historiográfica empregada no trabalho envolveu inventários, notícias de jornais, consulta a arquivos públicos. Como resultado analítico da pesquisa tem-se que roupas, joias, posse de escravos, hábitos de vida, atividades, analfabetismo, fugas para casarem, marcaram aquela sociedade onde a miscigenação foi muito forte, fosse pelo concubinato, chamado localmente de amancebia, ou padrões de comportamento onde os fazendeiros, juiz, e padres mantinham duas a três famílias.

Palavras-chaves: Vida em fazendas-século XIX; Nordeste do Brasil; Mulheres livres e escravas; Patriarcalismo XIX.

Abstract: The women from the Brasil northeastern hinterland in the 19th century. The article shows how in the semi-arid hinterland women lived in the 1800s. White, rich or poor, or slaves, born there by a high degree of birth, following standards of high social hierarchy and patriarchy. The historiographical methodology employed in the work involved inventories, news from newspapers, consultation with public archives. The analytical result of the research arrived that clothes, jewelry, slave ownership, life habits, activities, illiteracy, escapes to get married, marked that society where miscegenation was very strong, whether through concubinage, or others patterns of behavior where farmers, judge, and priests maintained two to three families.

Keywords: 19th century farm life; Northeast of Brazil; Free and slave women; Patriarchalism XIX.

¹ Professora doutora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História- UFRJ. Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro- IHGRJ. Atividades de Pesquisa: Mulheres do sertão nordestino. Atividades de Docência: História da escravidão nas Américas, História da América, História do Rio de Janeiro, Demografia na UFRJ e na Universidade de Vassouras, RJ. Publicações recentes: *Historietas do menino Catônio*, Ed Walprint, Rio, 2020. Destinação do artigo: *Revue Passages de Paris*. Email: miridanbritto@gmail.com

Mulheres ricas, mulheres pobres; cultas ou analfabetas; mulheres livres ou escravas do sertão. Não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira das classes. Ao nascerem, são chamadas “mininu fêmea”. A elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, mas também viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas. As mulheres no tempo (século XIX), no espaço (o sertão, as províncias de Piauí e Ceará) aparecem cantadas na literatura de cordel, em testamentos, inventários ou livros de memórias. As muito ricas, ou da elite intelectual, estão nas páginas dos inventários, nos livros, com suas joias e posses de terras; as escravas, também estão ali, embora pertencendo às ricas. As pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas do nordeste –, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber. O sertão nordestino sobre o qual nos debruçamos aqui não existe mais.

O sertão do nordeste: uma terra de modo de vida excêntrico para as populações do Sul, onde perduraram tradições e costumes antigos e específicos, onde extensas fazendas de gado e de plantio de algodão utilizaram mão de obra livre e escrava trabalhando lado a lado, espaço em que uma população, descendente de portugueses se mesclou com os “negros da terra” – os indígenas – e com os negros da Guiné – os escravos trazidos pelos próprios colonizadores ou mandados comprar, depois, nas praças comerciais de São Luís, Recife, Salvador ou no pequeno porto de Parnaíba, ao norte do Piauí.

Ali se gestou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos”. Dizer então que o sertão nordestino foi mais democrático em suas relações sociais e que não tirou proveito da escravidão é basear-se em uma historiografia ultrapassada, não mais confirmada pela pesquisa histórica. É basear-se em observações espantadas de governantes portugueses enviados da metrópole, ou viajantes ingleses como George Gardner e Spix & Martius que, vendo o número dos casamentos inter-raciais, notando as inúmeras uniões consensuais de homens amancebados com pardas e caboclas, e constatando a grande quantidade de filhos bastardos de cor mulata, pensaram que, talvez, aquela sociedade se pautasse pela existência de maior solidariedade e menor tensão entre as diversas camadas sociais.

Isso não corresponde à verdade. Hierarquias rígidas, gradações reconhecidas: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o “culto” pelo grau de doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro. O pior de tudo era ser escravo e negro.

Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser “pipira” ou “cunhã”² ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão. Afinal, apenas 25% de toda a população do Piauí, pelo Censo de 1826, era de cor branca, perto de 50%, pardo, o restante negro (FALCI,1992). E as avós, preocupadas com o branqueamento da família – sinal de distinção social –, perguntavam às netas, quando sabedoras de um namoro firme, minha filha, ele é branco? Primeira condição de importância naquela sociedade altamente miscigenada. No decorrer do século XIX, a população feminina aumentou ainda mais. Enquanto em 1826 para cada cem habitantes havia 47 mulheres, em 1872, para a mesma porção de indivíduos havia 49 mulheres. Eram 28.245 mulheres livres e 11.699 mulheres escravas em 1826 (FALCI,1992).

A partir da terceira década desse século não houve mais importação de escravos ou escravas africanas para o sertão. Como o algodão e o gado já não estavam mais dando muito dinheiro, o preço do escravo passara a ser, relativamente, elevado para os senhores da região, e assim poucos puderam continuar comprando escravos na Bahia ou no Recife. Os traficantes que traziam escravos da África passaram a vender sua mercadoria preferencialmente para os ricos senhores de café da região do Rio de Janeiro e de São Paulo. Então, os escravos do sertão já não eram mais africanos e sim nascidos ali mesmo.

Nasceram das mulheres escravas, que tiveram um número grande de filhos, tanto quanto as mulheres livres, como mostram os livros de batizados. No entanto, se essa população do sertão tinha a capacidade de se reproduzir muito (há exemplos de 25 filhos), a mortalidade também foi muito alta, principalmente de crianças em sua primeira semana de vida, pelo chamado “mal de sete dias”, causado por infecção no corte do cordão umbilical. Além disso, muitas mulheres morreram no momento do parto com seus filhos ainda no ventre. A média de filhos criados por mulher era de 2,58(BRANDÃO,1995), média que corresponde à de nossos dias no Brasil.

A taxa de natalidade (número de crianças que nasce em proporção a mil pessoas) da mulher livre, encontrada em algumas localidades do Piauí, mostra-nos 36.9, 32.6 e 43.2 por mil, fazendo com que em quarenta e seis anos, de 1826 a 1872, a população total aumentasse cerca de 150% (FALCI,1995). Entretanto, foi a população livre que cresceu, pois a figura da mulher escrava foi desaparecendo como tal, seja pelas alforrias ou pelos casamentos inter-raciais. Mas não foi só a natalidade o fator do crescimento populacional no século

² Pipira: nome dado à operária que trabalhava na Fábrica de Fiação, em Teresina, no século passado. Cunhã: nome dado à amásia, mulher sem qualificação social.

XIX, os migrantes de outras províncias procuraram o sertão para se alojarem e criarem gado e trabalharem no algodão.

Em que condições essas mulheres tiveram muitos filhos? Casando ou se amancebando? Com quem e quantas vezes? Casando como? Sabemos que, como a população era muito miscigenada – situação indicada nos recenseamentos – com pardos, negros e caboclos, eram altos os níveis de uniões interétnicas. Basta dizer que, no recenseamento de 1826, de cada 100 pessoas, somente 25 eram brancas, número que foi diminuindo ainda mais no decorrer do século. Em 1872, em cada 100 mulheres livres, cerca de 60 eram pardas, 23 brancas e o restante distribuído entre caboclas e negras. As escravas, em 1872, eram principalmente negras e pardas. E o que era feito com uma criança branca nascida de um ventre escravo – fruto de um relacionamento do senhor branco com sua escrava – por exemplo? Teria sido alforriada ou simplesmente registrada como parda? Qual seria a aparência da mulher livre? Lembrando que havia vários tipos de mulheres não escravas, podemos imaginar que, entre as fazendeiras ricas e as pobres roceiras, as diferenças alimentares e de estilo de vida deixaram marcas diferenciadas em suas fisionomias. Os traços das mulheres de elite são mais conhecidos. Ao vasculharmos amontoados de retratos de famílias do interior do nordeste, elas estão ali: ora sentadas, ora em pé ao lado do marido, rodeadas pelos filhos. Esguias ou gordas, de formas arredondadas. Mas, ao aceitarmos as palavras de Gardner (1975, p.88), viajante inglês que por lá passou em 1836, vemos que a gordura,

“Era considerada o encanto principal da beldade do Brasil e o maior elogio que se pode dizer a uma mulher é dizer que está ficando cada dia, mais gorda e mais bonita, coisa em que a maioria delas cedo acontece pela vida sedentária que levam”.

Em algumas, os cabelos crespos e lábios grossos, a “tez levemente amorenada” (como é retratada Luísa Amélia) lembram os tipos físicos miscigenados; em outras, “o nariz regular, a fronte elevada”, pescoço fino e cabelos “corridos, mas lustrosos”, lembram as origens mais europeias. Uma coisa as nordestinas do sertão pareciam ter em comum: o apreço pelos longos cabelos. Basta dizer que, na seca de 1877, mulheres famintas, esqueléticas, chegaram à casa do major Selemérico, em Oeiras, antiga residência do presidente da província, e, em agonia de morte, ofereciam cortar o cabelo em troca de água, água.

Diferentemente da Europa, no sertão, mesmo as mulheres ricas costumavam se vestir com certa simplicidade se comparadas com as da elite litorânea (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro). Também não costumavam usar joias em seu dia a dia. Traziam, debaixo da saia principal, duas saias de algodão, enfeitadas com barrado de renda (a chamada “renda de ponta”) e bem engomadas, além da “camisa de dentro” (espécie de combinação também

debruada de renda renascença). A blusa exterior, em geral, de manga comprida, era ornada com plissados, apliques, bordados de crivo ou crochê. A intenção ao vestir-se era não revelar as formas do corpo nem mesmo insinuar seios ou pernas. No pescoço, os cordões de veludo, “as gargantilhas” e nos cabelos as “travessas” de prata ou de tartaruga, ou presilhas de ouro ou marfim (as mais pobres usavam de chifre de boi). Mas não havia cosméticos nem verniz nas unhas. Passavam no rosto e nos cabelos azeite de babaçu e pó de arroz, que vinha nas caixas forradas de cetim vermelho, produzidas pelas perfumarias Carneiro, no Rio de Janeiro. Nos pés, usavam botinas de cano curto, de couro, amarradas nos tornozelos, feitas por escravos sapateiros que muito cedo aprenderam e desenvolveram a arte de fazer sapatos – imitando dos europeus – pois usar sandálias não era de bom tom.

Entretanto, certas mulheres de duas ou três famílias mais importantes de cidades do interior pautaram suas vidas com a ostentação que caracterizava o mundo urbano de Recife ou da Bahia. Adornaram-se de joias, mandaram trazer roupas do Rio de Janeiro ou de Recife e São Luís. Era o caso de D. Maria Joaquina da Conceição, em Oeiras, que tinha mais de meio quilo em joias de ouro³. Nascida em 1815, em Icó, a primeira capital do Ceará, mudou-se bem pequena com sua mãe para a capital do Piauí, Oeiras. Morreu em 1878, depois de ter sido a terceira mulher do rico fazendeiro Raymundo de Souza Britto, da Bocaina. Seus três filhos, o capitão Benedito de Souza Britto (futuro tenente-coronel da Guarda Nacional), Raymundo e Pedro, ao acordarem sobre a partilha dos seus bens, dispuseram de um enorme número de trancelins, cordões, anéis, pulseiras e broches em ouro.



Imagem 1: D. Maria Joaquina da Conceição, Oeiras, 1870. Coleção particular de Bugyja Britto e Miridan Falci.

³ Inventário de D. Maria Joaquina da Conceição. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras. Piauí.

O retrato: postura estudada, sentada como num trono a reinar, mãos ritualmente dispostas com dedos juntos e anel no indicador, braços aquietados nos da cadeira demonstrando a segurança de quem sabe o que é e o que pode ser, o que faz e o que pode fazer. Tudo de acordo com o esperado dessa certa categoria de mulher: fisionomia austera, de comando, sem nenhum sorriso ou alegria nos lábios e rosto, cabelos presos singelamente num coque sobre a nuca, vestido preto de mangas compridas (já que o recato era um dos valores mais cultivados) e muitas joias: trancelim em ouro com medalha, quase até a cintura, brincos, anéis estrategicamente exibidos, broches e braceletes. A mulher enfeitada de joias é rara no século XIX, mesmo em locais mais ricos. Passados dois séculos com sua moda de múltiplas saias e cores, a moda do século XIX vai exigir roupas mais simples. No sertão, muito quente, vivia-se em fazendas. Ia-se à cidade só por ocasião das festas religiosas locais – uma ou duas vezes por ano. Famílias ricas tinham uma casa na cidade só para passar a Semana Santa e os festejos de fim de ano.

Numa fazenda, no interior do sertão, o luxo em joias, roupas, mobiliários ou quadros, não era considerado valor. Inventários de mulheres ricas tinham sim muitos escravos, mas destacavam-se mais pelos bens de raiz: as muitas fazendas, as centenas de cabeças de gado cavalar, muar e vacum, as variadas casas de telha na cidade com muitas portas e janelas, as benfeitorias expressas em currais, cercados, roças nas suas terras de fazenda. Poucas mulheres deixaram para seus herdeiros joias em ouro, prata e platina. Como demonstração de riqueza, eram preferidos os muitos selins de couro lavrado, as selas de banda (as chamadas selas femininas), os estribos de prata trabalhada, os arreios em fino couro lavrado, muito valiosos, e verdadeiras obras de arte do trabalho artesanal. Essas peças eram encomendadas a seleiros especializados e por isso mesmo não costumavam ficar expostas no aparador de selas, no corredor de entrada, onde estavam as selas de uso cotidiano. Ofertadas pelo marido, eram mostradas com orgulho às vizinhas e amigas mais próximas e reservadas para os seus poucos passeios a cavalo.

Sinais de riqueza e prestígio eram também as vultosas redes confeccionadas em tapeçaria adamascada, nas quais as mulheres de posses eram conduzidas por escravos em seus passeios. Os caros tecidos, que lhes sombreavam o rosto do sol escaldante ou da claridade, também eram adamascados. Denotava também o poder das famílias ricas as colchas, as toalhas de mesa e de aparador, as dezenas de redes, todas elas peças de enxoval em algodão muito alvo, tecido nos teares domésticos pelas escravas ou feitas em linho (comprado no Rio de Janeiro ou Bahia).

Como era, fisicamente, a escrava do sertão? Seria a cabocla, amorenada descendente das relações étnicas brancas e indígenas? Seria a mulata cor de canela dos livros de Jorge Amado, a de cor cabra, ou de cor crioula como são descritas nas listas de classificação de 1871? Ou seria ainda uma negra do tipo etíope, alta e longilínea, de um quadro de Rugendas ou Debret (viajantes do século XIX)?

Em um anúncio de fuga, em jornal de Oeiras, *O Echo Liberal*, de 1850, temos a seguinte descrição física da escrava: “34 anos, mulata muito alva, boa estatura, gorda, maçã do rosto alta, pescoço comprido, olhos pequenos e fundos, testa pequena, cangote pelado, braços grossos e cabeludos, unhas dos dedos das mãos compridas, pés grandes e chatos”. Já que no Piauí não passaram as penas de um Rugendas ou de um Debret e que a única representação do escravo do século passado, feita por Spix & Martius (1976, p.209), mostra-nos apenas o sexo masculino, recorremos aos anúncios de fuga ou venda de escravos para reconstituir o tipo físico da mulher escrava.

Encontramos uma grande variedade de aparências: escravas de cor mulata, negra, cabra, crioula [sic] e fula; altas, baixas, tendo braços, mãos e pés compridos ou finos, dentes bons ou não, cabelos raspados ou encarapinhados. Como “Porcina, 28, anos, de cor fula, cabelos ralos, pernas tortas e finas, olhos vivos, parece que ri quando fala, dentes bons e claros, pescoço pequeno, peitos grandes” (jornal *O Escholastico*, 1849).⁴ E essa variedade de fisionomias se explica. As escravas que chegaram ao sertão eram, originalmente, no início do século XIX, provenientes de variadas etnias e regiões. Predominavam as escravas de Angola em Campo Maior e Oeiras, mas em Parnaíba o número maior advinha do Congo. A variedade de origem do escravo africano era muito grande: de Benguela, Cassange, Cabundá, Mina, Belundo, Moçambique, Rebolo, Cabinda, Quissamã, Canguinina, Nagô, Muladona, Gabão. As escravas eram compradas nos mercados de São Luís, Recife ou Salvador ou importadas pelo pequeno porto de Parnaíba, ao norte do Piauí. A escrava podia ter marcas feitas no rosto ou peito (círculos, traços verticais ou ambos), resquícios de costumes africanos que podem ter sido objeto de identificação de etnias ou mesmo uma forma de embelezamento. Suas roupas: uma a duas saias de algodão e uma camisa (a blusa larga parecendo bata que era usada sobre a saia). Diferentemente das escravas baianas, as do sertão nunca usavam adornos em ouro. As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prendas domésticas” – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo. Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem-vistas socialmente. As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino.

Os escravos trabalhavam desde a infância. Aos seis anos, tanto os meninos quanto as meninas, trabalhavam na roça, tomando conta de animais ou fazendo covas para o plantio do milho. Mais tarde, poderiam aprender outras atividades. Em Oeiras, grande parte das

⁴ *Mulheres do Brasil*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1986. 3 v.

meninas eram levadas a especializar-se no trabalho das rendas. A metade das mulheres que exerciam essa atividade, iniciaram-na antes dos 14 anos de idade; já aos 5 ou 6 anos tinham seus dedinhos ágeis aproveitados nesse ofício. Isso não quer dizer que não houvesse senhores com dezenas deles. Em cada cidade havia um ou dois grandes senhores escravocratas ao lado de um grupo muito grande de pessoas que tinham uma, meia ou uma quarta parte de um escravo. No caso de morte de um sogro ou pai, por exemplo, a posse da escrava era dividida entre os herdeiros. Por ocasião da alforria, poderia ocorrer o mesmo que com “a escrava Maria, parda, 45 anos” libertada por uma de suas senhoras “nas 3/4 partes” que esta possuía “por herança dos sogros”.

A genealogia e a história nos apontam que, muitas vezes, a família da mulher de elite estava há mais de 100 anos radicada na região. Eram antigos portugueses, filhos de indígenas e de negros. Os italianos só chegaram perto da abolição.

No sertão, a preocupação com o casamento das filhas moças foi uma constante. É verdade que muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldades de encontrar parceiros à altura, problemas de herança e dote, mas tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio. Como nos diz o escritor piauiense Expedito do Rego (1994), “Querino criou a filha rodeada de carinho, esperando casá-la com moço de boa família e algum recurso. Receava morrer sem descendência”. E assim a confecção de enxovais iniciada aos 12 anos de idade das meninas, com peças de linho mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús; os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude, “para poder casar”, inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade. O casamento da elite do sertão nordestino sempre foi antes de tudo um compromisso familiar, um acordo, mais do que um aceite entre esposos. Assim, pai e mãe, conhecedores das famílias da sociedade local e com a responsabilidade de “orientar as filhas”, ao propiciarem alegres festas e saraus na casa da fazenda – transcritos em livros de memórias e diários do século passado, estavam cuidando da manutenção e solidificação dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas locais.

Livros de genealogia e de história do Piauí, mostram o entrelaçamento de sete famílias que, chegadas no século XVIII com um enorme número de filhos, viram-se emaranhadas num entrecruzamento de casamentos consanguíneos. Muitos casamentos, impostos por pais a filhas, com a determinação de comando e rispidez, originaram problemas mentais. Costuma-se dizer que Oeiras é a cidade dos doidos devido aos casamentos entrecruzados por imposição das famílias. Moça de elite casava debaixo de cuidados, observações e recomendações de toda a sociedade, entre os 15 e 18 anos, pois se passasse dos 25 anos

sem se casar seria considerada “moça velha”, “moça que tinha dado o tiro na macaca”, ou ainda moça que chegara ao “caritó” (REGO,1994).

Casamento considerado de “bom gosto” era acompanhado de uma longa festança que durava vários dias. Mandava-se vender algumas vacas para a obtenção do dinheiro para a festa, a casa era caiada e se faziam alguns reparos para abrigar parentes que viriam de longe. Os músicos eram contratados para o baile, e houve senhores muito ricos que contava com uma banda de músicos escravos. Era montada uma estrutura para a realização da boda. Comadres ajudavam no aviamento de roupas, chapéus, na compra dos tecidos. A festa era motivo de conversas, de troca de ideias nas tardes em que as senhoras sentavam-se para bordar, em conjunto, as roupas da noiva. Era como se cada ponto, cada enfiada da agulha fosse acompanhada de um sentimento de ancestralidade repetitiva, de realização de algum ritual antigo que se escondia na memória de cada uma. Daí o cantor dizer: “a mulher quando se ajunta, / a falar da vida alheia, / começa na lua nova, / termina na lua cheia”.⁵

O prestígio de uma casa era, e ainda é, mostrado pela variedade de carnes “de criação” que se apresentava numa mesa. Não se apresentava carne de caça ou peixe de rio, ambas comumente consumidas no dia a dia, no sertão, mas acompanhadas por certo preconceito de serem “mais pobres”.

Para beber, o vinho (mandado trazer pela casa comissionada, do Recife ou do Rio de Janeiro), o chocolate, a cachaça e refresco de groselha, umbu, cajá, caju ou mesmo cajuína. Tudo em grande quantidade. Temos notícias de festas de casamento, em Oeiras, com cerca de 300 pessoas. A festa deveria durar vários dias, porque não se guardava comida no Nordeste (de clima quente e seco) de um dia para o outro. A maioria dos casamentos pesquisados nos livros paroquiais do século 1800, em Teresina, Oeiras, Jerumenha e Picos⁶ deram-se nos meses de maio, junho e julho, meses mais frescos, de fins d'água. Época de frutas em grande quantidade para a confecção das compotas (de mamão, manga, cajá, banana, goiaba, caju), com muitos ovos para os bolos e pudins (havia pudim que comportava 60 ovos), os manuês etc. O sacerdote da família, pois toda família de elite nordestina tinha um membro na classe sacerdotal, aguardava, feliz, o dia de abençoar as sobrinhas que o mandaram chamar para a celebração da cerimônia. Era como se o casamento fosse ao mesmo tempo um pouco de cada um e de todos, e não dos nubentes. Na festa, os cantadores e improvisadores convidados, ali na hora, em cima da perna, à boca da viola, ao tamborilar dos dedos, ao chupar da fumaça do cigarro, cantavam os signos de toda aquela ostentação: “Terra de boa coalhada, do gostoso requeijão, da mulher bonita e amada que ri pelo coração”. E a noiva, encaminhando-se ao altar da capela da fazenda, era acompanhada por estes versos: “Quando ela entra na igreja fremosa qui nem uma frô as

⁵ Literatura de Cordel. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

⁶ Livros paroquiais. Arquivo da Cúria de Teresina.

muié morre de inveja e os home morre de amô” (HOMEM DE MELO,1995). Da necessidade de manter os laços matrimoniais e a reprodução social vinham outros versos, acompanhados do mote: “Trate seu marido bem quando tivé e casá”. São eles de Antônio Francisco dos Santos, de alcunha Cão Dentro, nascido em 1887 no Piauí. Vejamos a glosa:

“Trate ele amorozinho quando das parte chegá se for na hora do armoço dê a ele de armoçá/ se for na hora da janta chame ele pra jantá e se fartá o café traga uma xicra de chá e um trabessero cheiroso quando ele for se deitá/ (Seja firme a seu marido naquilo que precisá) dê um beijo no pescoço dê um beliscão na pá dê um abraço arrochado que faça as junta istralá/ quando o dia amanhecê tem tudo o que precisá tudo o que pedi a ele não diz que não dá.”

Bem diversa foi o modo do casamento da pobre e da escrava. Em geral o casamento não era nem “acertado” entre famílias nem envolvia dote. Mesmo não tendo as mesmas conotações que um casamento de elite, a união de um homem e uma mulher entre os grupos mais pobres também era um valor. “O casá é bom, Coisa mio num há Uma casa, dois fiinho, Boa terra pra prantá” (SILVA,1988, p.32).

O homem sertanejo cedo procura uma companheira: comumente os nossos patrícios dos campos adotam a conveniência social a que os letrados chamam a constituição de famílias – o casamento. E se explica o motivo: habitando em moradas desprovidas de certos recursos e de diversões, vivem eles absolutamente absorvidos pelo labor e, às vezes insulados, pois as moradas quase sempre são isoladas umas das outras (SILVA,1988, p.30). Os pagodes, festanças do gado, as festividades religiosas eram os espaços anuais, quase únicos, dos encontros e rápidos casamentos. Segundo ainda ideias populares, o “matuto” só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para começo de vida e uma modesta casa de palha. Pedir a mão da moça antes de ter essas coisas seria receber um não na certa, mesmo porque o “matuto” não gostava de morar com outra família (cunhado ou sogra). A mulher muito bonita despertava desconfiança: poderia despertar traição ou desejo de outros homens. A quadrinha sertaneja aconselha: “bezerro de vaca preta Onça pintada não come/ Quem casa com mulher feia não tem medo de outro home”. Ou ainda: “Meu fio, muié bonita de duas faia uma tem: ou qué bem a toda gente ou não gosta de ninguém” (SILVA,1988, p.31).

Entre o grupo social mais pobre as visões do sentido do casamento têm que ser perscrutadas não em livros de memórias, em diários ou cartas. Raramente a mulher escrava do sertão casava-se legitimamente pelos “laços sagrados do matrimônio”. A documentação nos aponta pouquíssimas oportunidades de a mulher conseguir fazê-lo. Basta dizer que somente 1% dos escravos eram casados(FALCI,1990). Mas falar de “pouco casamento” ou baixa nupcialidade não significa dizer que não houvessem constituído laços sociais familiares,

que não tivessem tido oportunidade de ter um companheiro estável, uma relação afetiva duradoura ou mesmo um companheiro temporário.

A escrava Esperança Garcia, da Fazenda Nacional, denunciou ao governador da capitania os maus-tratos que sofria por parte do administrador e por ter sido separada do marido. Ainda que não casada legitimamente, a situação costumeira de mancebia da escrava era um fator a ser invocado ao tentar garantir seu direito de ter o companheiro junto de si (MOTT,1997).

Muitas vezes o namoro não desejado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Mas um rapto consentido pela mulher, com a promessa de casamento pelo raptor (SILVA,1988,75). Foi muito comum, em Oeiras, em Teresina, e em Icó, no Ceará, os dois fugirem à noite, a cavalo, ela montada na garupa, de banda, o rosto virado para o lado, a cabeça amarrada com um lenço, com a certeza do futuro casamento (REGO,1975, p.94). O noivo poderia não ter relações sexuais com ela. Depositava a moça na casa de uma pessoa importante ou na do juiz da localidade vizinha ou mesmo da mesma cidade, onde já combinara o asilo. A moça mandava avisar a família. Só saíria de lá casada.

Ao passar pelo interior do Ceará, em 1838, o viajante inglês Gardner (1975) relata que “raramente os homens da melhor classe social vivem com as esposas: poucos anos depois do casamento, separam-se delas, despedem-se de casa e as substituem por mulheres moças que estão dispostas a suprir-lhes o lugar sem se prenderem pelos vínculos do matrimônio. Assim sustentam duas casas. Entre os que vivem nesta situação posso mencionar o juiz de direito, o juiz de órfãos e maior parte dos comerciantes” (GARDNER,1975, p.94). Havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão (DEL PRIORE,1995, p.105-106). Não violência física exclusivamente (surras, açoites), mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem grande peso nessa decisão. Além disso, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser “mulher casada” para ser vista somente por seu marido. Como mulher-esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à “honestidade” expressa pelo seu recato, pelo exercício de suas funções dentro do lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido (DEL PRIORE,1995, p.43-66). Muitas mulheres de 30 anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear – porque “lugar de mulher honesta é no lar” –, perderam rapidamente os traços de beleza e deixaram-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram. Mulheres abandonadas por maridos que buscaram companheiras mais jovens sempre houve em todo o mundo, mas fatores específicos do Nordeste, como o desequilíbrio demográfico das regiões interioranas do Brasil do século XIX, ocasionaram um mercado matrimonial desvantajoso para um número muito grande de mulheres cujos pretensos maridos haviam saído do sertão para ir morar nas cidades litorâneas. Homens de prestígio e de boa situação social sempre tiveram

possibilidade de constituir duas ou três famílias, principalmente porque “era a vertente culta que intimidava os humildes” (SOUZA,1986, p.9-19). As mulheres jovens, sem *status* ou sem bens e que não haviam conseguido casamento numa terra de mercado matrimonial estreito, encontravam num homem mais velho, mesmo sendo casado, o amparo financeiro e social de que precisavam. Mesmo sendo a segunda ou terceira “esposa do senhor juiz”, o poder e o prestígio que advinham do seu cargo era partilhado pela mulher. Ser amásia ou cunhã de um homem importante implicava formas de sobressair-se junto à população e galgar algum *status* econômico, que ela não possuiria de outra forma. É certo que a sociedade exigia dela comportamentos adequados, comedidos, deveria ser “conhecedora de seu lugar”, bem distinto da posição social ocupada pela esposa legítima; porém, a mesma sociedade lhe dava, de volta, um certo respeito, principalmente se daquela união existissem filhos (DEL PRIORE,1995, p.155-177). Gardner acreditava que a causa principal estivesse na “moralidade dos habitantes do Crato que é em geral baixa” e que “não é de admirar tal nível moral, quando se leva em conta a conduta do clero. O vigário, um velho de setenta a oitenta anos, era pai de seis filhos naturais, um dos quais educado para sacerdote”. Devemos lembrar, no entanto, que os ideais morais suscitados por Gardner diziam respeito a conteúdos de uma civilização cristã europeia, que foi perdendo sua expressão nas terras do Nordeste, no seu sertão isolado e formado por grupos patriarcais. Acresce que a escravidão e as relações sociais que surgiram em função dessa nova realidade, na Colônia, ajudaram a cristalizar costumes e práticas que não podiam ser aceitos em outras regiões (DEL PRIORE,1988). Formou-se assim uma certa ética que legitimava amor e sexualidade, e a sociedade olhou com complacência as famílias ilegítimas que se formaram com essas uniões.

As mulheres vendidas e alforriadas, no sistema cruel da escravidão, em que as relações humanas facilmente eram desfeitas, o que mais deve ter causado tristeza, desconforto e tensão na mulher escrava do sertão foi a venda de escravas mães ou a venda dos filhos escravos. O afastamento de seus entes queridos, do homem e dos filhos que amava e as relações sexuais forçadas eram formas comuns de violência na vida da escrava. As escravas que chegavam para trabalhar nos engenhos vinham basicamente de Angola e do Congo. Compradas nos mercados em São Luiz, Recife ou Salvador, ou importadas pelo pequeno porto de Parnaíba ao norte do Piauí, adaptavam-se, a duras penas, à faina cotidiana. A escrava Iria teve um filho de nome Silvério, mas dele se separou por ter sido vendida para bem longe, lugar ignorado pelo filho. No testamento do liberto Silvério Cezar Burlamaqui, de 15 de julho de 1875, em Oeiras, já doente de cama, ele declara ser natural do termo da vila do Brejo do Anapurus da província do Maranhão. Diz que sua mãe foi mandada vender na Bahia ou Rio de Janeiro por seu ex-senhor, o falecido Tibério Cezar Burlamaqui, há mais de dezoito anos, não tendo desde então a mais leve e menor notícia dela pelo que julga não mais existir.⁷ É certo que não houve grande número de vendas de escravas até 1875. A

⁷ Testamento do liberto Silvério Cezar Burlamaqui. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

venda de escravas e filhos de escravas para fora da província se deu principalmente após o fim do tráfico negreiro e constituiu um dos maiores percalços da mulher escrava no sertão nordestino. Encontramos burlas na Lei do Ventre Livre – que proibia a separação de mães e filhos escravos – e ainda reescravização de crianças após essa lei. A correspondência sigilosa dos delegados ao presidente da Província alertava que havia cumplicidade de juízes de órfãos nos casos encontrados e pedia urgente investigação. Até mesmo ofícios do Ministro da Justiça, enviados do Rio de Janeiro ao Piauí, alertavam para as denúncias que corriam em tal sentido (FALCI,1995). Outra questão irregular no sertão foi a das alforrias. Elas encontram-se transcritas nos livros cartoriais; e percebe-se um outro mundo nessas relações.

O sertão do Piauí e do Ceará extinguiu sua escravidão antes de outras regiões, principalmente pelas alforrias (SLENES,1975), seja porque o sistema econômico em decadência dispensava a mão de obra escrava, seja porque vendê-los para o Sul era um grande negócio, ou ainda porque alforriá-los e ficar com eles numa situação de patriarcalismo, dando-lhes casa em troca de serviços, era uma situação mais conveniente. Nessa época muitas alforrias foram dadas a escravas. Os motivos alinhavados nas cartas foram: “que viviam há anos na família, pelo fato de sua mãe já ter pertencido a sogra ou pais, ou ela fora herdada em inventário, ou já dera muitas crias”. Mas era preciso passar-lhe a carta de alforria, porque muitos herdeiros questionavam a vontade expressa verbalmente pelo pai alegando que ele “não estava no seu juízo perfeito”. Era preciso cavalgar quilômetros e passar, em cartório, a liberdade das escravas, pois os exemplos de disputas de filhos que queriam reescravizar uma liberta eram muitos (FALCI,1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. *Alma Universal, recordando Lucídio Freitas*. Rio de Janeiro: Mundo Médico Borsoi & Cia., 1935.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito da Família*, Rio de Janeiro, 1933.
- BRANDÃO, Maria Luísa. Cadernos de Teresina. Ano VIII. In: *Só Poesia*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BRANDÃO, Tanya. *A Elite Colonial Piauiense*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BRITTO, Buggyja. *Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.
- CARVALHO, Abimael Clementino de. *A família Coelho Rodrigues*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará. 1987.
- DEL PRIORE, Mary. A fabricação da Santa Mãezinha. In: *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2. ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: UnB, 1995.

- _____. *A mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- FALCI, Miridan. Demografia escrava no Piauí. In: *Historia e população*. São Paulo: Abep, 1990.
- _____. *Inventário de Mulheres no Rio de Janeiro*. Encontro Regional da ANPUH, Rio de Janeiro, 1994. [mimeo].
- _____. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. 1. ed. Teresina: Comepi, 1986. 2ª tiragem, Rio de Janeiro, 1992.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- HOMEM DE MELO, Berta Celeste. In: *Literatura de Cordel*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- KNIBIEHLER, Yvonne. Corps et coeurs. In: *Histoire des femmes*. Paris: Flammarion, 1992.
- LEWIN, Linda, Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian Northeast. In: *Comparative Studies in Society and History*, v. 21, n. 2, april 1972.
- MEIRA, Silvio. *Clóvis Beviláqua: sua vida, sua obra*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.
- MENDES, José. *O pobre e o rico. Biblioteca de Cordel*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- MOTT, Luís. Carta da escrava Esperança Garcia. In: *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 1977.
- MOTT, Maria Lúcia. *Escritoras negras resgatando a nossa história*. Rio de Janeiro: CIEC, UFRJ, Papéis Avulsos, 1989.
- _____. *Constância Lima Duarte. Nisia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora Universitária da UFRN, 1991.
- _____. *Submissão e Resistência. A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 53-63.
- Mulheres do Brasil*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1986. 3 v.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Notas sobre a Educação no Piauí*. Universidade de São Paulo (monografia de doutoramento), 1989.
- REGO, Expedito do. *Estórias do tempo antigo*. Teresina: Edit. Cara-de-pau, 1994.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- SILVA, Pedro. *O Piauí no folclore*. (Prefácio de Bugyja Britto). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- SLENES, Robert. Demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888. 1975. Tese de Doutorado. Universidade de Standford. [Mimeo].
- SOUZA, Laura Melo e. O padre e a feiticeira: notas sobre a sexualidade no Brasil colonial. In: Ronaldo Vainfas (org.). *Historia e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, São Paulo: Melhoramentos, 1976.

DOCUMENTOS

Contrato de Dote e Esponsais de D. Bernardina e major Ludgero. Livro de Notas, n. 74. Cartório do 1º Ofício de Notas, Oeiras, Piauí.

Inventário de Ana Rita de Carvalho. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

Inventário de Carolina Maria da Fonseca. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

Inventário de D. Maria Joaquina da Conceição. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

Inventário de Raimunda Ludovina Portella, Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

Livro de Notas, n.74. Cartório do 1º Ofício de Oeiras, Piauí.

Livro de Notas, n.75. Cartório do 1º Ofício de Notas, Oeiras, Piauí.

Livros paroquiais. Arquivo da Cúria de Teresina.

Testamento de Maria Josefa Clementino de Sousa. Cartório do 1º Ofício de Notas, Oeiras, Piauí. [Mss.]

Testamento do liberto Silvério Cezar Burlamaqui. Cartório do 1º Ofício de Notas de Oeiras, Piauí.

Testamento do major Ludgero de Moraes Rego. Cartório do 1º Ofício de Notas. Oeiras, Piauí.

Testamento e inventário de Maria Joaquina. Cartório do 1º Ofício de Notas, Oeiras, Piauí, 1878.

FONTES:

Depoimento da filha de D. Amélia, Dóris Beviláqua, Rio de Janeiro, 1975.

Jornal *O Telefone*, Teresina (PI), 15 jul.1878.

Literatura de Cordel. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.